

O cinema e a  
crítica vistos  
um pelo outro

(Págs. 10 e 11)

UnB - BIBLIOTECA CENTRAL

# Campus

Jornal-laboratório do Departamento  
de Comunicação da UnB.

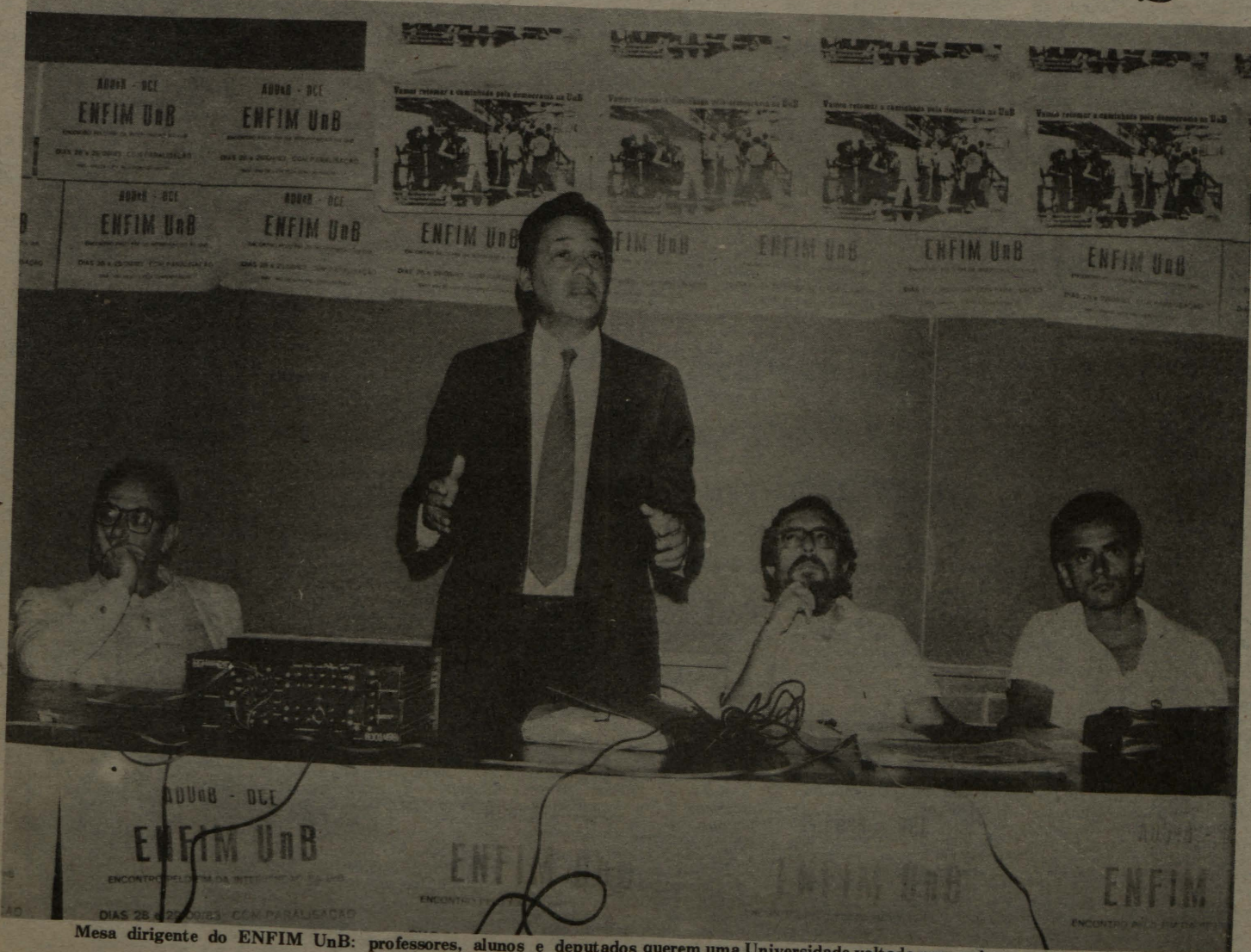
Nº 57 Primeira  
Quinzena Outubro 1983

A Universidade  
e a dependência  
tecnológica

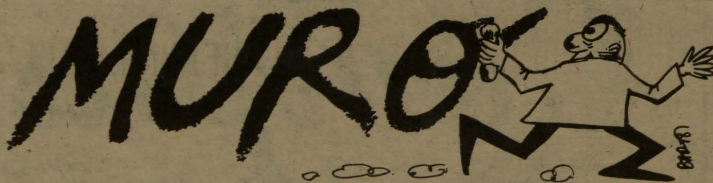
(Página 4)

Eleições diretas, Comissões  
de Inquérito, reformulação do Conselho  
Universitário: eis as principais  
conclusões do Encontro pelo Fim da  
Intervenção na UnB.

## UnB pára e discute seus novos caminhos



Mesa dirigente do ENFIM UnB: professores, alunos e deputados querem uma Universidade voltada para os interesses da sociedade.



## Tanto quanto Campus, Muros

São estes muros do Campus, feitos de todos os santos: Mr. Delfim, Dr. Reagan. Todos os muros em tijolos, feitos à mercê dos tolos que vendem nosso país. São muros e não muralhas, sentimentos e não navalhas que cortam nossas gargantas. São estes muros do Campus, como aqueles da Ceilândia, de esperança e Brasil. (Dércio Rodrigues).

## Milhafres do dotô Delfim

O caso é que o Delfim, pela primeira vez, se excedeu vocabularmente (descontado o economês do dia-a-dia, é claro). De acordo com uma notícia publicada semana passada na Última Hora de Brasília, sobre o processo que o Delfim está abrindo contra o general Fúza de Castro, "Delfim afirma que o general Fúza de Castro, ao transmitir à imprensa informações de que 'ficou sabendo', deu curso a noticiário escandaloso — tão a gosto da chamada 'imprensa milhafre' (sic) — que por sua natureza, pelo seu teor, 'vem ferir a minha honra pessoal'. Bem, está lá no Aurélio, milhafre é uma ave de rapina, européia, da família dos falcônidas. Não é por nada não, mas o Delfim só pode ter arranjado essa nos cardápios dos restaurantes franceses. (Guilherme Soares, Campus)

## Arte solta e Flimpoética

O coração volta a pulsar. Flimpoético. Da verdade do tropicalismo à espera do terceiro milênio, do beijo na boa boca da boca no beijo, finalmente a arte de novo à solta, viva, carismática e com Gandhi na alma e no coração. Esperamos que Deus nos abençoe nos dias de Flimpo e Flimpoético ou Flimpomusiético. Somos todos filhos do dia a dia da universidade de Brasília e arrancam todos os cartazes que preguiem, e que ando pregando. Os cartazes estão nas folhas partidas do coração e na alma dos poetas. E como diz Murilo, editor do Jornal o Campus, no Campus devemos escrever tradicionalmente. Esperemos o Flimpoético acabar com tudo isso para que esses críticos fiquem perdidos ao criticar mas, esperemos que o Flimpoético toque os corações de quem o assistir e nos ensine a todos a escrever sem regras gramaticais, sem chaves, pelo menos em nosso âmago. (Anand Rao)

## Adote um maior abandonado

Outro dia, em bate papo com um migrante das plagas nordestinas, tive a oportunidade de sentir o que é o sofrimento humano, suas dores, suas mágoas e insatisfações. Até que ponto estamos caminhando sem soluções adequadas e sim paliativos para esses irmãos? A comida só dá para um mês. E depois? O nordestino tem que voltar a comer ratos e outros bichos mais? Adote um Severino na sua vida. (Heloisa Helena Vieira)

## PMDB na TV, quem te vê?

Os discursos políticos contra o governo estão ficando mais frequentes e sem as terríveis cassações, enquadramentos e outras coisas mais. O PMDB falou para o Brasil através da TV e do rádio sem o corte da censura. E o João deve ter ficado com o coração na mão quando certamente ouviu os pronunciamentos do PMDB, culpando o governo e o Delfim pela crise econômica do Brasil.

E a crise continua. Estão querendo reduzir os nossos salários. Mal sabem eles lá fora, que os salários, já foram reduzidos o ano inteiro com a inflação galopante. E daqui a pouco vão querer que a agente trabalhe de graça. (Glória Carvalho).

## A notícia e a distorção

No Campus nº 56, temos a notícia que fala sobre a objetividade do jornalismo onde comenta-se que "as agências internacionais de notícias usam as informações como objeto de dominação e manipulação de fatos e consequentemente, de ideologias." Nesta reportagem o Campus defende uma notícia vista por uma ótica neutra e no mesmo número do jornal tem uma reportagem com o título: "70% DOS ALUNOS NÃO VOTARAM NO ESTATUTO" e eu pergunto: Se você, leitor, visse esse título na primeira página de um jornal, acha que leria a matéria que a acompanha de maneira isenta? Acho que es-

ta matéria, a começar pelo título, é toda tendenciosa, manipuladora e procura distorcer os fatos. (Peter Resende Neto).

## Plebiscito: DCE esclarece

A Diretoria do DCE apresenta algumas considerações acerca do artigo intitulado "70% dos alunos não votaram no Estatuto", do colega Marcelo Villares Coelho, publicado na última edição deste jornal. Mais do que nos defender, o objetivo é colocar alguns esclarecimentos sobre o plebiscito que resultou na aprovação do Estatuto do DCE.

Primeiramente, deve ficar claro que a proposta de Estatuto aprovada no plebiscito não era, como se afirma, a proposta da Diretoria do DCE e, sim, uma proposta discutida e aprovada pelo CEB — Conselho de Entidades de Base —, o maior já realizado, com presença de 19 Centros Acadêmicos. O CEB é uma instância deliberativa superior à Diretoria do DCE. Ali, a Diretoria do DCE só possui voto de minerva.

Em segundo lugar, quais foram as razões da não obtenção do quórum no período normal de votação? Informamos que em 11 CAs houve problemas na abertura e na garantia da urna aberta durante o período de votação. Outro fato omitido: a decisão para se prorrogar a votação por mais um dia foi tomada na mesma instância que definiu a data do plebiscito: o CEB, que se reuniu na noite do segundo dia de votação.

Em terceiro lugar, e aqui não podemos falar em omissão e, sim, em desinformação. Ao contrário do que afirma o artigo, todas as urnas abertas para toda a universidade foram conferidas nome por nome pela Comissão Apuradora, que constatou não haver votos repetidos. Se há ainda alguma dúvida, ela pode ser tirada pelo exame das urnas e atas, pois ainda não foram destruídas.

Em quarto lugar, de fato foi apontado o caso de violação da urna do CA de Economia pela Comissão Apuradora. E, também é fato, esta urna foi impugnada pelo CEB, já que não estava lacrada, além de apresentar outros indícios de violação. No artigo do Campus, a Diretoria do CAECO não nega nem admite. A esta diretoria é atribuída declaração segundo a qual era "lógico que o DCE ia aprontar alguma coisa, pois nos colocamos frontalmente contra esta proposta de estatuto". A Diretoria do CAECO, perante o CEB, assegura não ter nenhum de seus membros feito tal declaração ao Campus.

Por último, esclarecemos, o que o artigo não faz, porque a "proposta alternativa de estatuto" do CA de Direito não foi aprovada no CEB: simplesmente, os colegas do CADIR não colocaram sua "proposta alternativa" em discussão; limitaram-se a propor mudanças na proposta inicial, que, no CEB foram discutidas, aprovadas ou rejeitadas.

Avaliemos que os estudantes da UnB em geral compreenderam a necessidade do Estatuto como instrumento legitimado que regula e fortalece o DCE. Um fato comprova nossa avaliação: o resultado do plebiscito. 8.000 cópias da proposta de Estatuto e a intensa campanha desenvolvida pelo DCE motivaram a discussão, que, evidentemente, não foi a ideal, mas resultou na concretização dessa tarefa fundamental relegada há cinco anos.

Finalmente, não estamos respondendo ao colega Marcelo por seu artigo ter se mostrado extremamente tendencioso. Ao contrário, se defendemos uma universidade democrática, onde haja livre trânsito de idéias e o debate amplo, acatamos e discutimos todos os questionamentos feitos a nós. Só não podemos aceitar quando estes questionamentos são feitos sem fundamentos na realidade, ou por omissão, ou por desinformação, que fatalmente escondem a verdade dos fatos.

Diretório Central dos Estudantes  
A Diretoria

## ESPAÇO

Vocês conseguiram imaginar um porta-voz do governo cubano ou algum jornalista de tendência esquerdista ocupando o espaço do programa Ponto de Vista, do Canal 3, numa noite qualquer, antes do telejornal? Fico tentando, mas não consigo. No entanto, pela Lei de Imprensa, a possibilidade existe. No último dia 14, naquele programa, o regime cubano foi duramente atacado. Com ar compungido, o apresentador expressava toda a dor e revolta que sentia ante as eventuais torturas sofridas pelo poeta Armando Valadares, prisioneiro político recentemente libertado de Cuba.

Como apoio a sua indignação, o apresentador mencionava a fonte "insuspeita" e "isenta" de suas informações: o periódico capitalista americano Time. Nas estrelinhas, com o visível intuito de valorizar sua fonte e aumentar a gravidade de suas denúncias, insinua a "imparcialidade" de uma revista tão "conceituada". Do outro lado do vídeo, acostumados a ver tudo que é

## Liberdade de imprensa ou da empresa?

WILLIAM SANTIAGO

americano como algo superior estamos nós, os milhões de cucarachas inocentes, indefesos ante à ameaça do urso vermelho, mas muito mais ante o bombardeio das mensagens da tevê.

Caimos, no início deste parágrafo, na velha discussão da liberdade de imprensa. "Em Cuba, nós não temos e nos orgulhamos disso", informa o jornalista Angel Guerra e Fernando de Moraes, no livro do último, A Ilha. E emenda: "liberdade de imprensa é um eufemismo burguês, já que a imprensa está sempre com os donos do poder. E o poder aqui é o proletariado. E para que queremos liberdade de imprensa para atacar um governo do proletariado?"

Para o conceito liberal, a posição acima é um absurdo. Uma heresia. Mas o que há nos países capitalistas: liberdade de imprensa ou de impressões? Até prova em contrário, a tendência é ficar com o segundo termo da alternativa. Quem tem o dinheiro, o papel, as máquinas, esse tem a liberdade, tem a voz. Quem não tem... Mesmo para mim, neste instante em que escrevo, a guilhotina ameaça. Uma ameaça que é também interna, a autocensura. Será que não estou ferindo suscetibilidades? Será que não estou indo longe demais? Será que vão aprovar o que estou redigindo? Quanto vão cortar? O que terei de mudar, ao apresentar a lauda escrita? Liberdade de imprensa!!

Mas voltando ao programa Ponto de Vista, origem dessas elocubrações, não posso deixar de comentar a comparação final, após a referência à entrevista de Valadares. O que irrita é a superficialidade da comparação, antes de tudo. Confessa o apresentador, ainda com o mesmo ar emocionado, com a devida frase final, de efeito, que "ditadura por ditadura, prefiro a de Batista, que era, pelo menos, mais alegre." Mais alegre para quem? Para as prostitutas, os mendigos, os miseráveis trabalhadores da cana, ou para os milionários americanos observando a velha Havana do alto dos hotéis de luxo, deliciando-se com a exótica miséria dos cucarachas?

A mensagem passou. Foi levada a milhões de pessoas. E o direito de resposta? Quando ouviremos o outro lado? Mesmo nesta frágil abertura, a "possibilidade" legal se apresenta impossível. A não ser que o Campus...

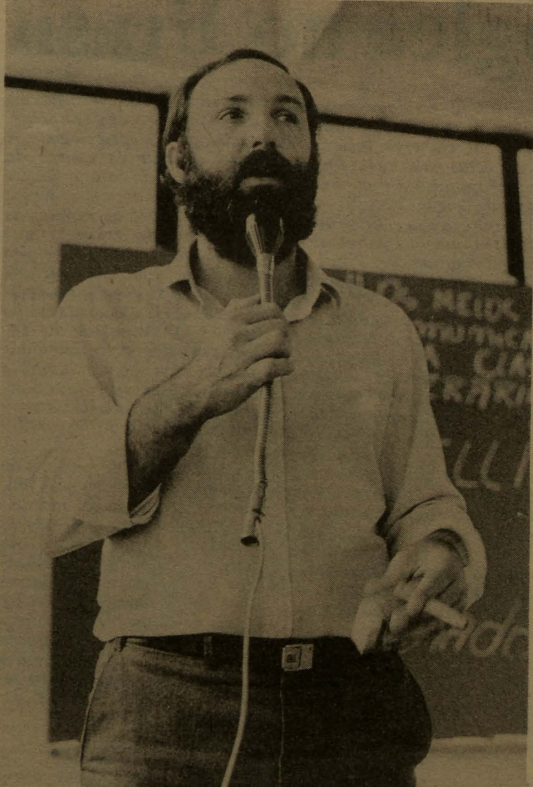
William Santiago é Editor de  
Comunidade do Campus.

## Campus

Jornal-laboratório do Departamento de Comunicação da UnB. Supervisão Editorial: Profs. Murilo Cesar Ramos e Araceli Helena. Editora de Fotografia: Prof. Luiza Venturelli. Diagramação: Guilherme Soares. Editores: Marcelo Coelho, Paulenir Constância e Pedro Coe (UnB); William Santiago, Ieda Prestes e Marcelo G. Vieira (Comunidade); Ilara Vioti e Luiza Modesto (Nacional); Humberto Pereira e Sandra Fernandes (Internacional); Armando Bulcão e Cristina Gutemberg (Cultura); Luiz R. Nader e Sheila Perru (Ciência).

Redação: Anand Rao, Carlos A. de Almeida, Cátia de Abreu e Souza, Dércio Rodrigues, Diogo Neto, Glória Carvalho, Guilherme Soares, Heloisa Vieira, Jurema Campos, Kido Junqueira, Lavinia Ribeiro, Leda Pinto, Luiz C. Alves, Liliam Mandel, Manuel Hollanda, M. Amélia Bezerra, M. Cristina Bezerra, Rodrigo Fonseca, Sarita Carvalho e Walcyara Santiago.

Endereço: Departamento de Comunicação/UnB, 70 910, Brasília-DF. Telefone: 274 0022. R.2463.



Fotos: Márcia Suvenne

Meneguelli se declara contra a manipulação da notícia

## Meneguelli: imprensa deturpa as greves

Um repórter deve relatar o que viu e sabe, sem omitir fontes. Caso uma matéria seja dilapidada ou desvirtuada pelos editores, o repórter tem que questionar a mudança, lutando para que se publique o que escreveu, em nome do orgulho profissional.

Ao contrário do que se possa pensar a princípio, a recomendação não partiu de nenhum antigo jornalista ou professor de comunicação. Ela veio, na verdade, do sindicalista Jair Meneguelli, durante o depoimento que prestou no Departamento de Comunicação, no último dia 15, uma agitada quinta-feira de assembleias e paralisações na universidade.

O depoimento — realizado a convite dos Centros Acadêmicos de Comunicação, Economia e Letras — foi, em síntese, uma discussão do papel do jornalista quando cobre uma greve e é submetido a dois fogos: os patrões e a classe operária. Mencionando o caso específico da TV Globo com relação a greve geral convocada para o último dia 21 de julho, de pouca repercussão, Meneguelli afirmou que é preferível não se dar nenhuma matéria sobre o movimento operário quando em greve, do que se dar matérias com enfoque voltado para os empresários e Governo.

Coordenador-geral da recém-criada Central Única dos Trabalhadores, a CUT, Meneguelli veio a Brasília com mais quatro sindicalistas entregar um documento da entidade ao presidente Figueiredo, no Palácio do Planalto. Lá, o grupo foi recebido pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Leidão de Abreu, que prometeu marcar uma audiência com o próprio Figueiredo.

### Jornal Alternativo

Presidente cassado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, em São Paulo, Meneguelli lembrou, no depoimento, que os operários, durante uma greve, têm que recorrer a meios de comunicação alternativos, como jornais editados pela própria classe, para se informar sobre o movimento e contrapor as informações dadas pela imprensa. Um dos principais projetos da CUT, alias, conforme revelou Meneguelli, é a edição de um jornal para cumprir este papel a nível nacional.

Segundo o sindicalista, as informações dadas pelos jornais nem sempre correspondem à realidade, como o número de operários que está paralisado ou o caráter reivindicatório e político da greve. Meneguelli garantiu que a greve do dia 21 não foi de solidariedade aos grevistas da refinaria de petróleo de Paulínea, mas uma greve contra a política econômica do governo. No entanto, de acordo com ele, a imprensa insistia em noticiar que a greve era de solidariedade.

### Bater nos repórteres

Sobre a TV Globo, Meneguelli informou que em todas as assembleias de metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, o primeiro ponto da pauta é um alerta aos repórteres presentes, no sentido de que se evite "virar a Kombi da Globo" ou "bater nos repórteres". Segundo ele, essa atitude é uma reação ao caráter tendencioso do noticiário da emissora.

Meneguelli acha inadmissível um repórter permitir que suas matérias sejam modificadas ou desvirtuadas pelos editores e, ao mesmo tempo, continuar na cobertura do acontecimento. Para ele, trata-se de uma questão profissional, e o jornalista deve exigir que se publique o que escreveu. (Guilherme Soares)

Reinaldo Freitas

# Comunicação defende aprovação de currículo

Aprovação imediata do anteprojeto, sem quaisquer modificações, nem manobras protelatórias, foi o que solicitou em documento, a Comissão responsável pela elaboração do novo currículo para os cursos de Comunicação, atualmente em estudo no Conselho Federal de Educação.

### A INTEGRA DO DOCUMENTO

"Os abaixo-assinados, membros da Comissão Especial sobre Ensino de Comunicação do Conselho Federal de Educação, responsáveis pela elaboração do anteprojeto do novo currículo para os cursos de Comunicação em estudo no CFE, diante de notícias sobre modificações no anteprojeto, comprometendo-o em suas partes essenciais, vêm a público expor e manifestar o seguinte:

"1º) a Comissão encarregada de elaborar o anteprojeto era

composta por representantes de todos os setores envolvidos com a questão do ensino. Nela estavam representadas as entidades estudantis, docentes, profissionais e empresariais, além do próprio CFE;

"2º) em virtude do caráter democrático e representativo da Comissão, a nova proposta de currículo para o curso de Comunicação por ela aprovada por unanimidade e encaminhada ao Conselho Federal de Educação, expressa a vontade soberana de todos os setores envolvidos com a questão do ensino de Comunicação;

"3º) Dentre as medidas que a Comissão Especial considerou fundamentais para a melhoria do ensino de Comunicação está a obrigatoriedade de os cursos de Comunicação disporem de equipamentos e laboratórios mínimos tal como estabelecido no anteprojeto por ela aprovado.

Diante disso, em nome das entidades por nós representadas, vimos solicitar a aprovação pelo Conselho Federal de Educação do anteprojeto de currículo de Comunicação, nos termos propostos pela Comissão Especial, principalmente no que diz respeito às exigências de equipamentos e laboratórios, condenando quaisquer modificações e manobras protelatórias na sua aprovação".

Brasília, 12 de setembro de 1983.

Assinaram o documento a Associação Brasileira de Documentaristas (ABD), Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), Confederação Nacional de Trabalhadores em Comunicação e Publicidade (CONTOP), Subsecretaria de Comunicação da UNE (UNE) e Federação de Jornalistas Profissionais (FENAJ), dentre outras.

## Alunas têm time de pólo

Brasília já tem seu primeiro time feminino de Pólo Aquático. A iniciativa é das alunas da Universidade de Brasília que treinam, diariamente, na piscina do Centro Olímpico, no horário de 12 às 14 horas, com inscrições abertas para todas as meninas interessadas.

O Pólo Aquático é um esporte de muito preparo físico, força, agilidade e principalmente de inteligência. O atleta precisa ter um domínio do meio ambiente, fazer um aquecimento bem feito e se dedicar ao máximo nos coletivos. A informação foi dada por Marcos Adão Alves de Souza, aluno do Departamento de Educação Física e técnico do time.

Para Marcos, a não regulamentação do esporte junto à

CBN — Confederação Brasileira de Natação — é o maior obstáculo enfrentado pela equipe, já que as atletas têm que arcar com todas as despesas para a realização de amistosos, no Rio e em São Paulo. Mas este não é o único problema: "nós, para comprarmos a bola tivemos que fazer uma 'vaquinha' e mandar buscar em Manaus". Como dizem as meninas: "Só com muita força de vontade".

Segundo Patrícia Junqueira de Alencastro, jogadora do time, o Pólo é uma experiência nova e muito bonita. Trata-se de um esporte que faz muito bem para o corpo e, consequentemente a deixa super feliz. "Sabe? Eu faço questão de dizer que o Pólo não é um esporte apenas para homens, isto é pura discriminação. O meu

interesse pelo jogo vem desde a época em que nadava pelos clubes, mas confesso que aumentou quando vi os meninos jogando aqui na Universidade sem a presença de nenhuma garota. Eu não sou feminista, apenas acho que deve haver igualdade em todos os campos, principalmente no esporte".

Glauco, que também é jogadora do time, disse que já existem vários Países onde o Pólo Aquático é regulamentado e que os Estados Unidos — atual campeão mundial — conta com todo o apoio por parte do Governo e de diversas empresas privadas. Para ela, esta é a única forma de difundir o esporte no Brasil e com isso, levar o Pólo brasileiro a um lugar de destaque. (Luiz Cláudio Machado Alves).



O entusiasmo das meninas do Pólo Aquático já merece atenção oficial

# Dependência Tecnológica no Brasil



Nós adquirimos o equipamento — não os segredos do seu processo de fabricação.

## Os efeitos da política agrícola

## Universidade não pode mais cruzar as mãos

"Diagnósticos dos Impactos da Adoção de Tecnologias na Agricultura: Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e Tecnologia": assim é chamado o segundo projeto em desenvolvimento por professores da área de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da UnB, integrado ao Programa de Criação do Núcleo de Ciência e Tecnologia. A proposta é verificar o grau de politização da questão tecnológica na agricultura através dos movimentos sindicais dos trabalhadores rurais. Em outras palavras, seria analisar a qualidade geral das políticas de tecnologia formuladas e executadas pelo Estado brasileiro na área agrícola e as reivindicações sociais ao nível das organizações sindicais. Isto porque são os trabalhadores rurais que sofrem diretamente os efeitos da política tecnológica adotada pelo governo.

A coordenadora do projeto é a professora Vilma Figueiredo, graduada em Sociologia e Política, com mestrado em Ciência Política e doutorado em Sociologia do Desenvolvimento. Participam os professores Benício Schmidt, Argemiro Procópio e Fernanda Benjamin, que já há alguns anos vinham realizando trabalhos na área de sociologia rural.

### ETAPAS

O projeto apresentado foi dividido metodologicamente em quatro etapas. O primeiro passo é a descrição do investimento de capital na atividade agrícola brasileira, observando-se a evolução da absorção de tecnologias (fertilizantes, defensivos e máquinas). Na última

década, a aceleração na modernização da agricultura foi acompanhada de uma aceleração na concentração da posse e do uso da terra. Segundo a professora Vilma, "se por um lado essa tecnificação beneficiou o grande produtor rural, por outro, excluiu a participação permanente dos trabalhadores rurais assalariados, reduziu o espaço do pequeno produtor e acentuou o êxodo rural".

Numa segunda etapa, foi composta uma amostra nacional para análise da atuação das federações e as reivindicações de seus sindicatos rurais, escolhidas as federações do Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A terceira etapa é a análise das políticas de pesquisa e de crédito agrícola no período de 1976 a 1982. O fortalecimento dos complexos agroindustriais é o reflexo das facilidades de créditos agrícolas altamente subsidiados. Exemplos: Sadia, Nestlé, Copersucar e outras empresas agrícolas nacionais, estatais e, principalmente multinacionais.

Finalmente, o projeto identificará as possibilidades e limites para a ação sindical. Em entrevista ao *Jornal de Brasília* do dia 27 de março de 1983, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, afirmou: "A terra existe para produzir. O Brasil passaria a economizar em insumos básicos e maquinária, pois criaria uma tecnologia própria, com adubos próprios e usando até tração animal invés de tratores gigantesco". (Lavina Ribeiro)

"A Universidade não pode viver dissociada da realidade na qual ela está inserida". Com estas palavras o professor Argemiro Procópio, da área de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da UnB explica a iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em financiar um programa que vise à formação de Núcleos de Ciência e Tecnologia nas universidades brasileiras. Estes núcleos criarão um espaço multidisciplinar, onde se possa refletir e produzir sobre o tema "Ciência e Tecnologia no Brasil". Ao invés de cada Departamento trabalhar isoladamente em projetos, que na maioria das vezes, são de interesse comum de outros departamentos, o núcleo proporcionará o intercâmbio e discussão dessas informações.

### O Caso USP

A Universidade de São Paulo, por exemplo, reúne em seu Núcleo de Ciência e Tecnologia profissionais de

diferentes áreas — médicos, arquitetos, engenheiros, sociólogos e psicólogos — para estudar os efeitos da poluição no meio ambiente e nos seres humanos. Nessa reflexão sobre os problemas genéticos de crianças que hoje nascem sem mãos e com o cérebro diminuído, há uma comunidade científica composta por estudiosos de vários segmentos da sociedade, além da comunidade acadêmica propriamente dita. "Estes núcleos não estão ilhados na Universidade", diz o professor Argemiro.

Na UnB, o Programa de Estudos e Pesquisa em Ciência e Tecnologia foi adotado inicialmente por professores da Sociologia, com dois projetos: "Projetos de Eventos de Capacitação e Discussão sobre Ciência e Tecnologia no Brasil" e o "Projeto sobre Ciência e Tecnologia na Agricultura". O coordenador geral do Programa é o professor Benício Schmidt. (Lavina Ribeiro)

## Precisamos criar tecnologia própria

O Brasil está importando tecnologia em "caixas fechadas", sem conhecimento técnico do conteúdo. A abertura das caixas e montagem do sistema, em geral são feitas por técnicos estrangeiros. Isso vem prejudicando a formação dos nossos técnicos, impedindo que eles absorvam a tecnologia importada, base para o nosso processo de desenvolvimento tecnológico.

Para o professor Jorge Nogueira do Departamento de Economia da UnB, "a questão tecnológica no Brasil está intimamente ligada ao relacionamento de países desenvolvidos e subdesenvolvidos. É a manifestação mais clara da relação de dependência entre países periféricos e centrais". Atualmente, segundo Nogueira, continuamos comprando tecnologia importada para a utilização em quase todos os setores produtivos, cometendo dois erros graves nesse processo: estamos comprando apressadamente sem termos a barganha; e recebendo essa tecnologia em "caixas fechadas ou pretas".

Nogueira não acredita que se possa desenvolver em nosso país um processo autárquico de desenvolvimento tecnológico (eliminação total de importação), mas tentar desenvolver novas tecnologias para os setores produtivos da economia brasileira. "É preciso ganhar tempo, pois o mercado não espera, dizem os empresários". Também não concorda com a dependência total do exterior, achando que é preciso desenvolver a tec-

nologia brasileira adaptada à nossa realidade e com um controle próprio de decisões.

"O importante — diz ele — é buscar um ponto de equilíbrio entre a tecnologia importada e a que necessitamos comprar, definindo estrategicamente os setores da economia nacional, para os quais é fundamental o conhecimento e o desenvolvimento da tecnologia nacional."

### REPERCUSSÕES

Foi no final da década de 60, que a nossa dependência tecnológica começou a ser discutida com maior profundidade. E a partir de 1971 surgiram trabalhos como os de Biato, Guimarães e Figueiredo, sobre "Potencial de Pesquisa Tecnológica no Brasil" e a "Transferência de Tecnologia no Brasil". Os trabalhos demonstraram que não havia uma estrutura de pesquisa para desenvolver a tecnologia nacional, e que faltava um relacionamento mais direto entre os institutos de pesquisa e o sistema produtivo instalado. Constatou-se que 58% das empresas implantadas antes de 1930 utilizavam tecnologia importada, e após 1965, havia aumentado essa dependência para 72%. As empresas nacionais, privadas ou estatais, tiveram que competir com as multinacionais instaladas no nosso mercado. Nesse processo de competição só restou à indústria nacional, continuar comprando tecnologia estrangeira que a médio prazo resolve o problema do mercado interno nacional. (Glória Carvalho)

# Quanto custa descasar em Brasília

Anualmente, mais de 1000 casais se separam no Distrito Federal, o que contribui para reforçar ainda mais o mito de que Brasília é uma cidade que aumenta a solidão e a distância entre as pessoas. Os escritórios de advocacia e os cartórios estão sendo constantemente procurados, não só pelos que querem se casar, mas também pelos que querem tratar do divórcio ou do desquite, termo que aliás foi substituído por separação litigiosa ou consensual.

As custas (despesas judiciais) para quem deseja ingressar em juízo com qualquer um desses pedidos são controladas pelo Regimento de Custas do Tribunal de Justiça do D.F. Entre gastos e diligências dos Oficiais de Justiça, a parte que solicita a separação desembolsa, de conformidade com o valor da causa, de 20 a 30 mil cruzeiros. Em tese, não existe cobrança ilegal com relação ao trabalho da Justiça, tendo em vista que este valor é recolhido aos cofres da União, para pagamento de seus próprios serventuários.

Os gastos com advogados, pela tabela da OAB, são de 190 ORTNs para divórcio litigioso e 40 ORTNs para divórcio amigável, sendo que normalmente cada advogado cobra entre 10 e 20% sobre os bens da parte. No entanto, esta despesa varia conforme a condição econômica do solicitante. Em Taguatinga, por exemplo, onde a maior clientela é a classe média, são cobrados, em cada processo de separação, de 200 a 300 mil cruzeiros (abaixo da tabela da OAB), segundo afirma o advogado Ronyr Lemos. Já em Sobradinho, a despesa varia de 100 a 200 mil cruzeiros. No Plano Piloto, as taxas chegam até mais de 400 mil, devido ao maior poder aquisitivo da população.

Em cartório, o gasto básico com a certidão de separação é de aproximadamente dois mil cruzeiros. O tempo de espera para receber uma certidão varia: se a separação é consensual ou amigável, a parte já sai do cartório com o mandato respectivo de averbação e se a separação é litigiosa, o tempo necessário é contado de acordo com a suficiente pauta judicial.

## ASSISTÊNCIA GRATUITA

Para quem não pode arcar com os custos de advogado e despesas de cartório, existe a assistência jurídica gratuita como alternativa. Assim sendo, o próprio Estado, através do Ministério Público, oferece o trabalho jurídico de defensores disponíveis àqueles que com-

provem sua situação econômica inacessível.

As estatísticas mostram que nos últimos cinco anos mais de 7500 casais separaram-se no Distrito Federal, embora os casos oficiais de separação ocorram com mais frequência no Plano Piloto do que nas Cidades-Satélites, onde muitas vezes os casais não se separam judicialmente.

O Cartório Mello, localizado no Setor Comercial Sul, por exemplo, recebe em média dois a três pedidos de separação por semana, o que significa muito se considerarmos que existem vários outros cartórios especializados nesses casos em todo o Distrito Federal. Já a Defensoria Pública de Sobradinho é procurada, em média, por 15 pessoas diariamente.

O advogado oficial Jonas Régis, do Cartório Mello, responsável pela emissão de cada certidão, acredita que o problema da separação em Brasília não é um caso especial e que "como em todo lugar, também em Brasília existem pessoas que se casam ainda jovens e despreparadas para assumir o compromisso matrimonial". Já o padre Jonas, administrador de Sobradinho, afirma que 76% das separações se dão nas seguintes faixas de idade: 32 a 39 para a mulher e 38 a 46 para o homem. É a chamada "crise vermelha do coração". Ele acredita que "infelizmente 90% das pessoas ainda não se deram conta que a série de pontos nevralgicos não foi atacada na época oportuna e, por isto, mais tarde, é que ocorre a separação".

Os casos que mais levam ao divórcio ou anulação do casamento são os de adultério, insanidade mental, agressão física (causa frequente) e ausência de um dos cônjuges.

Os números revelam, sem dúvida, realidades sempre mensuráveis ou que se ajustam ao crivo da constatação de fórmulas matemáticas. No entanto, quando se quantificam realidades sociais os resultados nem sempre expressam, com fidelidade, as características reais dos fenômenos pesquisados. Portanto, as altas taxas de desquites e divórcios registrados em Brasília tanto podem reforçar a ideia de que Brasília se constitui em um meio social bastante propenso à segregação social em função de suas características de cidade planejada, sem vida comunitária definida, ou, no reverso da medalha, apenas revelar um diagnóstico sócio-econômico comum a tantas outras cidades brasileiras. (Helolisa Helena e Waleymara Santiago)



O casamento rompido: Brasília é diferente de outras cidades?

## Agências, um novo negócio

Brasília, capital dos desquitados e dos solitários, segundo a opinião de muita gente; abre as portas para um novo ramo de negócios: o do matrimônio. Pagando uma taxa de Cr\$ 20.000,00 os candidatos se inscrevem e esperam a seleção do seu parceiro. É o que acontece na agência UNIR, surgida há dois meses na cidade e instalada no Edifício Venâncio VI.

A agência não promete o casamento, apenas faz apresentações de pessoas com características semelhantes para possíveis compromissos. Apesar da sua recente inauguração já conta com mais de 100 candidatos. Amândio Garcia, fundador e gerente da UNIR, bacharel em Direito, espera um rendimento da firma a médio prazo. No momento, estão lançando uma filial em Taguatinga onde a taxa de inscrição custa Cr\$ 10.000,00. Ele disse que as despesas são muitas, destacando as de gás, secretária, psicóloga, contador, aluguel, luz, telefone e impostos. Seus gastos só com publicidade já atingiram Cr\$ 320.000,00 e ele ainda pensa em divulgar mais sua

firma através de propaganda na televisão.

### ESTRATÉGICA DE MERCADO

Amândio Garcia espera ser intermediário para a felicidade de novos casais, para a união de um homem e de uma mulher. Afirma que isso não acontece em algumas agências de outros estados, como São Paulo, onde a oferta também está voltada para os homossexuais, não se preocupando com o resultado final, o do casamento. Ele disse que esse tipo de negócio não se acomoda com os seus objetivos.

Sua ideia surgiu há um ano, através de anúncios de jornais em Paris remetidos por amigos. Sua pesquisa baseou-se em questionários a diversas famílias, as quais sempre possuíam algum parente desquitado, viúvo ou separado, propiciando assim uma base para a evolução da agência.

"Se houver um interesse em um compromisso maior por parte do candidato, a agência é o melhor lugar para isso do que um barzinho". E conclui Amândio: "Toda a paquera num início de namoro sai muito mais cara do

que a taxa cobrada pela agência e gasta-se muito mais tempo na procura pela pessoa certa. Na UNIR os candidatos, em seu primeiro encontro, já conhecem alguém de acordo com o seu perfil, facilitando um melhor entendimento entre eles."

### O PREÇO DA TIMIDEZ

As opções existem dentro da UNIR. O candidato que for muito tímido e não quiser ser entrevistado na agência, escolhe o lugar para que a psicóloga o procure, e paga uma taxa especial de Cr\$ 30.000,00. A incidência de procura está na faixa de 25 a 50 anos. As entrevistas são confidenciais e o seu prazo é de 6 meses. Terminando este período o candidato pode renovar sua inscrição com o pagamento de uma nova taxa.

Apesar da tentativa da reportagem do Campus de entrevistar candidatos, verificar inscrições e documentação da agência, não foi possível constatar a veracidade de tais fatos já que estes são estritamente confidenciais, segundo afirmação do Gerente. (M<sup>a</sup> Cristina e M<sup>a</sup> Amélia)

# Comunidade universitária decide

O Encontro pelo Fim da Intervenção na UnB (ENFIM UnB), após dois dias de intensos debates, tirou as seguintes resoluções em sua plenária final:

1º) realizar eleições diretas para reitor e cargos eletivos em colegiados, precedidas de ampla discussão nos departamentos, pela comunidade acadêmica, recusando listas de candidatos que não coincidam com as que forem elaboradas pelos alunos e professores.

2º) apoiar a iniciativa de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a UnB, na Câmara dos Deputados, de iniciativa do deputado João Hermann Neto, do PMDB de São Paulo.

3º) apoiar a resolução do Conselho de Representantes da ADUnB sobre a renovação do Conselho Universitário.

Para encaminhar estas propostas foram criadas comissões que têm composição mista de professores e alunos, abertas também à participação dos funcionários. Essas comissões deverão elaborar cronogramas de eventos para encaminhamento das decisões tiradas em plenário.

## Enfim UnB

O 28 de setembro de 1983 — dia nacional de discussão sobre as universidades brasileiras — envolveu todos os setores ligados à comunidade universitária e foi promovido pela ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior), pela UNE (União Nacional dos Estudantes) e pela FASUBRA (Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras).

Mas para a UnB, este dia não representou apenas um dia de protesto e discussões, mas sim o lançamento de uma campanha nacional voltada para os problemas enfrentados pela universidade da capital da República, há cerca de 15 anos.

Segundo o presidente da ADUnB, professor Antônio Ibañez Ruiz, os professores da Universidade de Brasília decidiram tirar proveito deste dia nacional de discussão para anunciar as novas formas de ação que serão utilizadas a partir de agora, para encaminhar suas reivindicações, pois, "a greve já não está adiantando nada".

Além disso, explicou o professor Ibañez, esta campanha pretende difundir a real situação da UnB, que pode ser resumida em três pontos:

1 — Mostrar que a administração continua quebrando os acordos feitos entre ela e os professores, não atendendo aos pedidos do corpo docente da universidade, como o enquadramento dos professores colaboradores, o fim de contratos por tempo determinado, a implantação de um projeto de carreira e a contratação de mais professores.

2 — Mostrar que os professores não estão mais acreditando na administração universitária que ali está.

3 — Os professores acreditam que não há mais sentido em ficar esperando que a solução dos problemas venha através de novos acordos.

No primeiro dia do ENFIM UnB compuseram a mesa o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), o professor de filosofia da Universidade de São Paulo e vice-presidente da Associação de Docentes da USP, José Artur Gianotti; a presidente da União Nacional de Estudantes, Clara Araújo; o secretário-geral da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), Newton Lima Neto; o presidente da Associação dos Docentes da UnB (ADUnB), Antônio Ibañez; e o presidente

do DCE Honestino Guimarães, Flávio Montiel.

## União

O secretário-geral da ANDES disse na abertura do Encontro (as falas do senador Fernando Henrique e do professor Gianotti estão em separado nesta reportagem), que é o momento de professores se unirem à sociedade como um todo na luta pela democracia nas universidades. Ele justificou esta posição pelo fato de que os dois Congressos nacionais da classe trabalhadora (CONCLAT) aprovaram como reivindicação o ensino público e gratuito.

Situando a importância da UnB, como marco de uma nova universidade brasileira, a presidente da UNE, Clara Araújo, lamentou que o reitor José Carlos Azevedo tenha acabado com tudo que a UnB queria construir. A certa altura do seu discurso, ela perguntou: "Quem são ilegítimos? Os professores que querem democracia ou o Azevedo que teima em não sair? É lógico que é o reitor", respondeu Clara a sua própria pergunta.

Ela também acredita, como outros oradores presentes ao Encontro, que a campanha pelo fim da intervenção na UnB se insere na luta nacional pela democratização do país, citando dois exemplos: a Universidade Federal de São Carlos, "sob a intervenção direta do MEC", e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, onde, graças a um projeto do governador Leonel Brizola, aprovado pela Assembleia Legislativa, haverá eleições diretas para reitor.

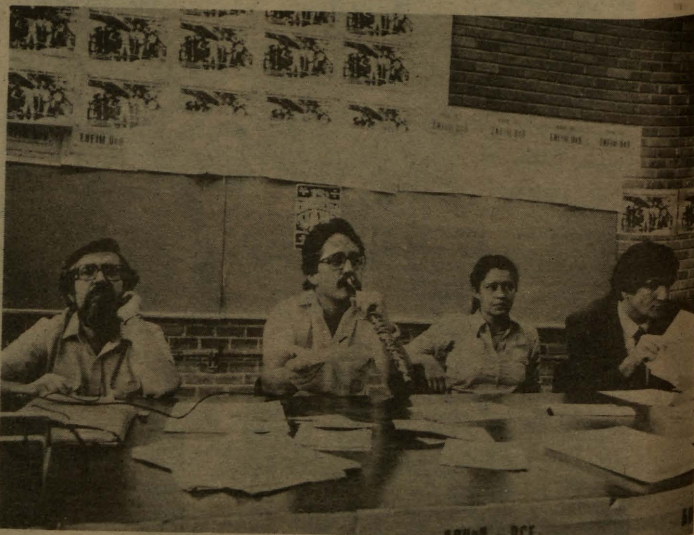
A presidente da UNE declarou que a insatisfação sentida em todo o país é fruto da política do Governo Federal para as universidades e que, "se essa política não mudar", a luta vai continuar. "Só a luta pode resolver esta situação". Clara vê um recuo do Poder Executivo quando o MEC envia projeto de Lei alterando o sistema de escolha dos cargos universitários. Mas, ela acha que o processo de escolha previsto no projeto — formação de lista sêxtupla pelo Conselho Universitário e nomeação pelo Presidente da República — não resolve. "Nós queremos um processo de fato", disse, referindo-se às eleições diretas.

## CPI Azevedo

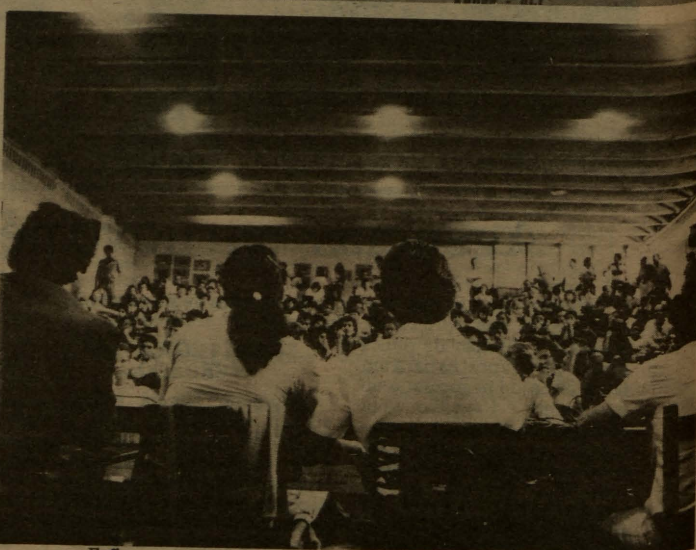
A criação de uma CPI para analisar a atual situação da UnB foi proposta, no segundo dia do ENFIM, pelo deputado João Hermann Neto (Vice-líder do PMDB na Câmara Federal), com o intuito de atrair o Congresso Nacional como aliado da luta pela democratização da UnB, e tornar público a toda Nação brasileira o que tem ocorrido na Universidade nesses anos da gestão Azevedo.

O deputado Federal Aldo Arantes (PMDB-GO) assinou o pedido de instauração da CPI e prestou total solidariedade à "luta dos professores, alunos e funcionários da UnB". Declarou o deputado que "a UnB ia se constituindo na principal universidade brasileira, quando houve a intervenção". Contudo, acha o deputado que a luta pela redemocratização da UnB se insere numa luta mais geral, que é a democratização do Estado brasileiro. "No momento, no entanto, o que se têm a fazer é criar condições para um avanço, que venha contribuir com o processo democrático", frisou o legislador por Goiás.

As lideranças promotoras do ENFIM UnB pretendem reunir agora personalidades nacionais, intelectuais, parlamentares, representantes da CNBB, além das entidades comunitárias em torno de uma discussão mais ampla sobre os problemas enfrentados pela UnB. (Diogo Neto, Jurema Campos e Nelson Luiz).



Helcio Vieira



Márcia Suyene

Enfim — uma discussão sobre o que somos e para onde vamos

## Proibida recondução de reitor

A Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados aprovou a emenda do deputado Wall Ferraz (PMDB-PI) que proíbe a recondução dos atuais reitores das fundações universitárias que estão há mais de quatro anos no cargo. A medida deverá atender parcialmente aos anseios da comunidade universitária, que tem como meta as eleições diretas em todos os níveis. Agora, o projeto de lei de autoria da Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, acrescido da emenda, deverá ser encaminhado ao plenário da Câmara e em seguida ao Senado para votação.

Para o deputado Hermes Zaneti (PMDB-RS), vice-presidente da Comissão, a emenda é um primeiro passo para a conquista da democratização na universidade (Paulenir Constâncio).

Para a Universidade de Brasília, a aprovação do projeto com a emenda significará, na prática, que o Reitor José Carlos de Azevedo não

poderá figurar na lista sêxtupla que será encaminhada oportunamente ao Presidente da República para a nomeação do futuro reitor.

A reunião extraordinária da Comissão realizada no último dia 19 de setembro, aprovou por 14 votos e duas abstenções a emenda de Wall Ferraz. Estavam presentes à sessão representantes da ANDES, ADUnB, e UNE, que, no início das atividades, procuraram os deputados através de contatos diretos e telefônicos no intuito de conseguir quorum necessário para a votação da emenda.

# M UnB

## lutar por uma estrutura democrática



Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP)

### Senador apóia luta até o fim

Livre Convivência

"O renascimento da universidade neste momento depende do real empenho dos estudantes, professores e funcionários". A afirmação foi feita pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) na abertura do ENFIM-UnB. O senador que também acha fundamental que a luta seja levada até o fim e que toda comunidade acadêmica tenha em mente o pensamento de que para mudar não é só necessário tirar o reitor.

Segundo Fernando Henrique, é preciso ter uma noção clara do que é a universidade, já que para ele a mesma deve ser vista como produtora de cultura e conhecimento. "A generosidade dos movimentos universitários se perde pela falta de percepção dos reais papéis dessa comunidade. O estudante deve perceber que a simples efervescência das assembleias não muda a estrutura que há muito está formada nesta universidade e que é necessário não deixar que tudo se transforme em slogan."

"A universidade é um local de convivência livre, sem restrições, dos vários seguimentos da sociedade. Ela faz parte da superestrutura da sociedade e deve se colocar a serviço da base, produzindo conhecimentos que respondam às necessidades reais do País, lembrou o senador. Devemos usar uma linguagem de franqueza. Por muitos anos a universidade abdicou de sua responsabilidade em defesa da democracia. Porém, a universidade nunca perdeu o seu sentido. Independente das forças que tentaram desviá-las de seu caminho, nada impediu que as pessoas se formassem bem".

Para finalizar o senador Fernando Henrique disse que trazia consigo o apoio de tudo o que representa à luta pela redemocratização da UnB. (Luiz Cláudio Machado Alves).

## Gianotti: "Nossa resposta é a melhoria do ensino"

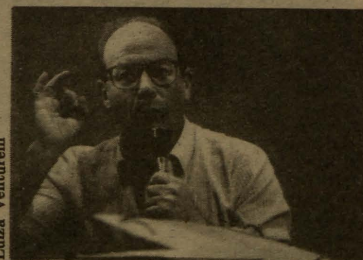
"Já estive aqui em tempos piores". Assim começou a fala do professor José Artur Gianotti, no Encontro Pelo Fim da Intervenção da UnB (ENFIM UnB), referindo-se a uma vez em que esteve aqui com o campus cercado pela polícia. O anfiteatro 12, lotado de alunos e professores, além de representantes de classes, ouviu atentamente o discurso do professor de filosofia e vice-presidente da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, que chamou de "violação das liberdades acadêmicas", a imposição de reitores/interventores para administrar as universidades brasileiras.

"Não façamos contudo da universidade uma jovem pura. Temos em mente que quando em 1969, na USP 28 professores foram expulsos, houve convivência de grande parte do corpo docente que "dedou" e "entregou" colegas", chamou a atenção o professor. "A convivência dura e perdura", acrescentou Gianotti.

Numa análise mais voltada para a realidade da Universidade de São Paulo, José Artur Gianotti, traçou um breve histórico de como tem sido conduzida a luta pela melhoria do nível de ensino naquela instituição, seus avanços e entraves.

"Na varrida de 69" estávamos eu e o hoje senador Fernando Henrique Cardoso", disse Gianotti. "Fazíamos parte de um grupo de jovens professores que queriam uma universidade mais aberta e democrática, onde se acabasse com a farsa de fazer teses e tesinhas. Hoje a USP é composta pelo "alto clero" (malufista), e o "baixo clero" (os professores com um nível de competência não mais que razoável)", continuou o filósofo. "A direção universitária, instalada no poder a partir da demissão do reitor Hélio Lourenço, em 1969, pensa agora em fazer uma universidade em moldes empresariais, uma instituição pragmática".

"Aí é onde se coloca o perigo das reivindicações corporativistas e das palavras abstratas. Mais verbas para a educação, pode significar a continuidade da intervenção nas universidades. A discussão abstrata já não nos interessa mais. Pensamos, isto sim, em como é que podemos transformar a USP naquilo que ela pode ser e não num paraíso".



José Artur Gianotti, da ADUSP

Para citar um exemplo do que vem acontecendo na USP, amparado muitas vezes pela mobilização dos corpos discente e docente, o professor Gianotti falou da aprovação por parte da Administração Central daquela instituição, de um pro-labore (adicional de salário) para os subchefes de departamentos e vice-diretores de Faculdades. Isso, a seu ver, denota o que pode, às vezes, acontecer a certos tipos de reivindicações que têm um caráter puramente imediatista.

"Chega de pedagogia política", foi mais um dos muitos conceitos emitidos pelo professor Gianotti, que não deixaram de dividir a audiência em concordantes e discordantes do discurso do orador. "Não cabe a nós ser os educadores dos funcionários, eles têm que lutar para conseguirem o espaço deles na sociedade", disse ainda.

"Tentar conseguir uma sociedade de transparência, baseada na teimosia é um erro duplo. Devemos começar desde o processo estudantil de eleições de representantes. Além do radicalismo verbal e pequeno burguês é preciso estudar, conhecer e combater. A melhor resposta que podemos dar à ideologia da incompetência instalada no país é a melhoria do nível de ensino nas universidades. E isto é nossa responsabilidade", concluiu José Artur Gianotti. (Pedro Coe).

## Os caminhos da mobilização

A ponta de lança de sociedade não poderia ficar atrás, por isso ela se mobiliza e se articula para fazer frente aos desmandos do país. Na UnB, professores e alunos estão, cada dia mais lado a lado para lutarem pela redemocratização desse espelho da sociedade que é a Universidade.

Foi paulatinamente que surgiram os CAs, criou-se o DCE e articulou-se a AdunB. Segundo o presidente desta última entidade, esses organismos surgem porque os canais de resolução estão bloqueados. Assim sendo, torna-se necessário a criação de instituições e novos mecanismos que atuem mobilizando, concatenando idéias, aglutinando interesses para fazer pressão junto aos organismos centrais, tentando avançar nos seus objetivos.

Ao que parece, a UnB hoje vive a maturação de um processo de mobilização, devido aos longos recentes anos por que passaram as reivindicações da comunidade acadêmica. Fala-se em burocracia emperrada, em descumprimentos de acordos e em falta de autonomia departamental. Trata-se de detectar caminhos de recuperação do nível de ensino, que passam pela carência de verbas, falta de professores e equipamentos, para o mínimo necessário funcionamento dos cursos.

Ao que tudo indica a UnB, assiste a última etapa de uma série de assembleias e inaugura

a partir dos dias 28 e 29 deste mês novas formas de luta em busca de soluções para os anseios da comunidade acadêmica.

ENFIM UnB

A partir de agora, a principal proposta deixa de ser enquadramento de professores para se tornar uma mobilização pela mudança da estrutura do poder de decisões na Universidade de Brasília. Pelas declarações de um integrante da ADUnB, o movimento abandonou um caráter puramente reivindicatório e passa a ter caráter político.

Na realidade, o movimento assume sua real característica, que sempre existiu, mas estava centrada em reivindicações do tipo enquadramento de professores e/ou aquisição de equipamentos, que revelavam, em última instância, o pouco caso que se tem feito do ensino universitário nos últimos anos em contrapartida ao grande afluxo de alunos que procuram no ensino superior a manutenção ou aquisição de "status".

A UnB deve agora estabelecer um canal de comunicação com a sociedade que lhe dá sustentação, buscando as formas para contribuir com a evolução do conhecimento necessário à reestruturação das instituições brasileiras. (Pedro Coe e Marcelo Villares Coelho).

# ESTUDAR NO EXTERIOR

Ao conseguir a bolsa, o aluno ganha uma batalha mas inicia um teste de resistência sem nenhuma garantia de emprego ao retornar.

## Para os interessados, um processo longo e seletivo

Uma bolsa de estudo no exterior para alguns, aparentemente, é algo fácil de ser obtida. Muitos têm ainda a imagem paradisíaca do estrangeiro, onde imaginam existir um mercado de trabalho mais amplo. Outros, no extremo oposto, encaram a bolsa como o ideal inatingível. Entre esses dois pólos está o CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico — servindo de ponte para um pequeno número de estudiosos que ambicionam uma especialização fora do país.

Na realidade, a caminhada rumo ao exterior começa antes mesmo do início do processo no CNPq. Os primeiros passos devem ser dados pelo próprio interessado. Ele deve procurar saber o país no qual seu campo de estudo esteja mais avançado e aí procurar as melhores instituições. O mais recomendado para isso é consultar professores, outras universidades, publicações científicas da área ou catálogos sobre os cursos de pós-graduação do país escolhido. Em seguida o candidato deve fazer contato com quatro ou cinco instituições pelo menos um ano de antecedência. Esse prazo pode parecer dilatado, mas se não for cumprido, o interessado dificilmente con-

seguirá obter uma resposta a tempo de inscrever-se no CNPq. Isso se deve ao fato das universidades estrangeiras analisarem muito lentamente os pedidos provenientes do estrangeiro.

A partir da resposta da universidade, o candidato já pode inscrever-se no CNPq entre janeiro e fevereiro do ano seguinte. Em maio deste mesmo ano o pedido é julgado pelo Comitê Assessor da respectiva área de estudo. Se o pedido for aprovado, o candidato é comunicado e tem um prazo para completar a documentação necessária, além de apresentar o resultado dos testes da língua estrangeira na qual será dado o curso. Concedida a bolsa, o aluno deve procurar orientação quanto ao país para onde vai. A medida é importante para reduzir ao máximo o choque cultural e mesmo para se inteirar das exigências legais do país.

Outra recomendação feita é quanto ao auxílio-instalação. A maioria dos alunos casados já na primeira viagem leva consigo a família. Muitas instituições, no entanto, aceitam apenas o bolsista, o que obriga a gastos enormes com hotel, antes de encontrar a residência definitiva. A dívida contraída neste primeiro período da bolsa, em geral, per-

siste até o final do curso. Por essa razão o CNPq aconselha ao bolsista uma primeira viagem sozinho. Sem a família ele pode hospedar-se na própria universidade onde a diária é muito barata e os custos com alimentação são baixos.

Mas há outras dificuldades. Se viajar ao exterior com apenas 500 dólares no bolso é difícil, imagine estudar com tão pouco. Apesar disso essa é a quantia máxima, dividida entre bolsa e salário, que o Banco Central permite enviar ao bolsista. Outro inconveniente é o envio desse dinheiro. Antes de partir o bolsista deve constituir um procurador, alguém que se encarregue de receber o salário, pagar as contas e ir ao banco convertê-lo em dólares para por fim ser remetido ao país estrangeiro. Além disso como reflexo da própria crise que o país atravessa o número de bolsas foi reduzido do ano passado para este. Em 82, foram concedidas 400 bolsas, este ano, este número girou em torno de 200 apenas. A perspectiva para o ano de 84 é mais sombria. Segundo uma alta fonte da SEPLAN, existe uma possibilidade até de não serem concedidas novas bolsas ano que vem. (Humberto Martins)

## O mais difícil é sobreviver fora

O problema financeiro é o mais grave que o bolsista enfrenta no exterior. Principalmente se ele é professor e a bolsa que recebe apenas complementa seu salário. Alguns estudantes, depois de vencer todos os obstáculos e deslocarem-se para fora do país, são obrigados a retornar por falta de condições materiais que possibilitem sua permanência até a conclusão do curso.

É o caso de Wilfredo Maldonado, professor do Departamento de Comunicação da Universidade Federal da Paraíba e atual aluno de mestrado na UnB. Ele foi como bolsista para os Estados Unidos fazer seu curso de mestrado na Michigan State University.

Wilfredo, que viajou com a esposa e filha, viu seus rendimentos diminuir à medida em que o cruzeiro era desvalorizado. Além disso, havia a necessidade de concessão de permissão por parte da Universidade Federal da Paraíba para

sua permanência fora do país sem perder o emprego. Esta permissão de afastamento é renovada anualmente. Os livros, ele conta, eram caríssimos e a alimentação também não era barata.

### APRIMORAMENTO

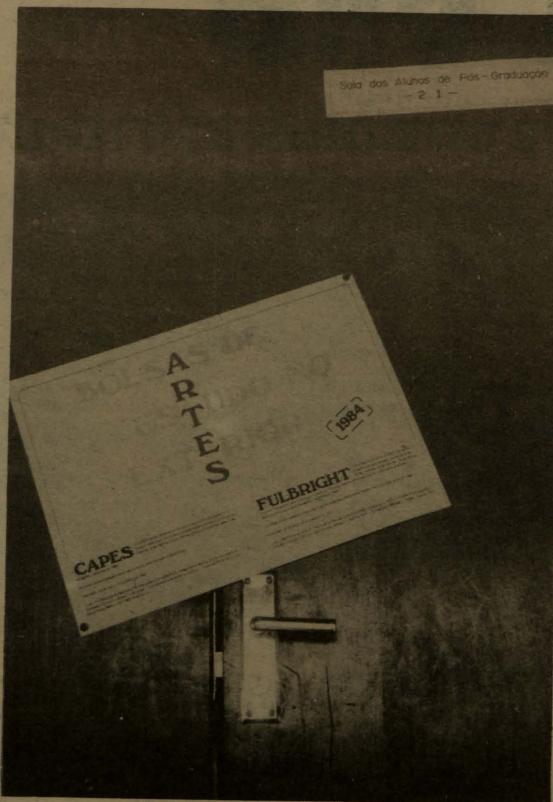
O que o levou a procurar fazer seu curso numa universidade americana foi o desejo de inteirar-se acerca das mudanças que a nova tecnologia dos veículos trarão à comunicação de massa. Os americanos estão na vanguarda desse avanço que, mais cedo ou mais tarde, será retransmitido ao Brasil. "Hoje, não se pode encerrar a comunicação como antes pois a tecnologia começa a se integrar nela. Então procurei adiantar-me a isso", diz ele.

Um outro problema que Wilfredo enfrentou foi o da integração social. Ele conta que os latino-americanos são vistos com indiferença pela maioria

dos colegas. Raras vezes, lhes dispensam alguma atenção e, quando o fazem, é por algum interesse. O estudante sente-se marginalizado, ele explica. Assim, os alunos de origem comum procuram estabelecer entre si um entrosamento que venha suprir esta falta.

### COMUNICAÇÃO

Um terceiro tipo de problema que teve é de ordem acadêmica. Aqui no Brasil, os cursos de Comunicação são mais críticos. Nos Estados Unidos, de uma maneira geral, eles são mais profissionalizantes. "Eles acham que o único caminho certo é aquele que aprenderam e nunca questionaram. Existe até mesmo resistência a esse tipo de crítica", explica Wilfredo. Em compensação, a infra-estrutura dessas universidades é grande. A Michigan State University, por exemplo, tem à sua disposição três ou quatro estúdios de rádio, estúdios de TV e um jornal diário, feito pelos alunos e com tiragem bastante elevada. (Sandra Fernandes)



Exterior: porta de muitas esperanças

## As bolsas preenchem lacunas nacionais

### INSCRIÇÃO

Todos os anos, centenas de brasileiros de todas as partes do país recebem da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação e Cultura, bolsas de estudo para poderem frequentar cursos de pós-graduação no exterior. Milhares de pessoas fazem o pedido, porém apenas uma pequena parcela destes recebe o aval da CAPES que possui critérios muito rígidos para a concessão destas dotações.

O programa da CAPES está aberto a todos os que possuam diploma de curso superior. Podem ser pleiteadas bolsas para os seguintes níveis: especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado. As bolsas para especialização e mestrado são dadas apenas quando não houver curso similar no país ou, se o mesmo não for de boa qualidade. As bolsas de estudo são concedidas por um período de 12 meses quando da realização de pós-doutoramento ou de especialização, 24 meses para os cursos de mestrado e de até quatro anos para os de doutorado. O valor das bolsas varia na faixa entre 300 e 1.400 dólares, dependendo de o interessado possuir ou não outros proventos, viajar em companhia da esposa e filhos, entre outros.

Estas bolsas incluem o pagamento de passagem aérea (ida e volta), taxas escolares, seguro-saúde, auxílio-tese e mensalidades para a manutenção. O país para o qual é pleiteado um maior número de bolsas de estudo são os Estados Unidos, seguidos de França e Inglaterra. No Terceiro Mundo, grande número de bolsistas vai para a Argentina, Chile e Venezuela além de vários outros países da América Latina.

O candidato que pleiteia uma bolsa de estudos através da CAPES deve entregar a ficha de inscrição na sede do órgão, no Anexo I do MEC, acompanhada dos seguintes documentos: plano de estudos, ficha de registro de candidato, declaração de interesse do chefe imediato e autorização do empregador, currículo vitae sintético, histórico escolar da graduação ou da pós-graduação, cópia do diploma, atestado de conclusão de residência para os candidatos da área médica, fotografia 3 x 4, resultado do teste preliminar de idioma, cópia da primeira correspondência enviada à Universidade no exterior solicitando aceitação, uma publicação representativa de sua produção acadêmico-científica (preferencialmente artigo baseado na tese), e providenciar duas cartas de recomendação — preenchidas por docentes ou pesquisadores que possam dar referências acadêmicas sobre o candidato.

### CONCESSÃO

Após a entrega da primeira parte da documentação, (que deverá estar completa até o dia 31 de maio do ano seguinte ao da inscrição) o candidato — julgado por uma comissão da área de conhecimento correspondente que recomenda ou não o atendimento de suas solicitações — será aprovado pelo Conselho Deliberativo da CAPES e sua aceitação será comunicada após a última data da entrega da documentação.

# Não há verbas nem democracia nas Universidades

"Se as entidades governamentais não se aperceberem do escalabro financeiro pelo qual as Universidades estão passando, a pressão vai crescer tanto por parte das Universidades, quanto pela sociedade civil". Com estas palavras, o professor Jacques Velloso, do Departamento de Educação da Universidade de Brasília, define a situação das Instituições de ensino Superior, no Brasil.

Até meados do ano, toda a verba dispensada às instituições foi gasta e a situação delas daqui para o final do ano será de carência total, caso o governo não tome providências imediatas.

De alguns anos para cá, a quantia destinada ao estudo do terceiro grau foi sendo reduzida a ponto de não se ter este ano o mínimo necessário para manter as Universidades ativas.

As verbas são destinadas pela Seplan — Secretaria de Planejamento do Ministério do Planejamento. As quantias a princípio são estipuladas pelas próprias Universidades que fazem um levantamento do gasto que terão até o final do ano letivo. Depois de feito, o levantamento é encaminhado ao Ministério da Educação e Cul-

tura, onde alguns cortes são feitos até chegar à Seplan.

## QUALIDADE DO ENSINO

"A situação é negra, não há outro meio de manter as Universidades funcionando até o fim do ano, se mais verbas não forem dispensadas".

A política governamental tem de ser modificada e a recessão tem que acabar, segundo Jacques Velloso, para que mais tarde este ensino deficitário não venha a repercutir na estrutura do país, que será conduzido pelos universitários de hoje. Não há como repor esta má qualidade de ensino que está sendo administrado hoje nas Universidades. Se não temos dinheiro suficiente para pagar professores, manter secretárias, bandejeiros, xerox e bibliotecas, toda esta estrutura fica falida e os universitários não podem dar o melhor nestas condições.

## A UnB

A Universidade de Brasília, em particular, enfrenta os mesmos problemas de outras Universidades. Como Brasília, ela é uma ilha. O Reitor Azevedo

não participa das manifestações a favor de uma mudança na política universitária, porque as aparências de uma instituição sem problemas precisam ser mantidas junto às autoridades governamentais, segundo o professor Jacques Velloso. Não há como compreender a posição da Universidade de Brasília, com tantos problemas no ensino e em outros setores, sem o mínimo necessário para sua sobrevivência e tentando mostrar que tudo está perfeito.

A única solução para todo este problema é a mudança na política governamental. Caso mais verbas e mais condições de melhoria no ensino não sejam dadas, vai-se promover uma inquietação social com resultados ainda não previstos. Com toda a certeza, a situação Universitária para o ano que vem será péssima. Sabe-se apenas, com certa margem de segurança, que a paralisação total durante o ano não acontecerá, pois as pressões por parte da sociedade obrigariam o governo a soluções imediatas, como a liberação de verbas, resolvendo assim, o mínimo necessário para manter as universidades em funcionamento. (Cátia de Abreu)



Para Hermes Zanetti é preciso separar a Universidade do Estado

## Para começar, eleição direta da administração

A universidade brasileira passa pela maior crise de sua curta história. Faltam professores, equipamentos, os currículos estão defasados, enfim, uma situação de indigência que vem se agravando dia a dia. Os alertas para esta situação por parte dos principais interessados (professores e estudantes) não são recentes. Na Câmara, o deputado, Hermes Zanetti (PMDB-RS), vice-presidente da Comissão de Educação e Cultura e presidente da Confederação dos Professores do Brasil chama a atenção para o que ele considera como o principal e mais imediato problema da Universidade brasileira.

"Nos entendemos que o grande problema da Universidade hoje, é o problema de sua democratização. E a sua democratização está inserida dentro da democratização da sociedade brasileira. Neste sentido, o primeiro passo é o direito, que precisa ser conquistado por estudantes, professores e funcionários, de elegerem diretamente a administração. Nós queremos conquistar, na universidade, o direito de eleger o reitor com o objetivo de que ele tenha compromisso com a comunidade universitária e não com o Governo. Significa desvincular a Universidade do aparelho Estado e colocá-la a serviço da comunidade, da transformação social".

Estes objetivos, entretanto, colidem com a estratégia governamental de, segundo Zanetti, colocar nas reitorias pessoas de sua inteira confiança que estejam lá apenas para cumprir a política ditada pelo Governo,

que tem suas raízes na reforma do ensino promovida em 1968. A reforma, para Zanetti, uma tentativa, até com êxito, no sentido de despolitizar a Universidade. "A lei 5540 criou o ciclo básico, a matrícula por disciplina, a semestralidade, a departamentalização. Tudo isso surgiu com o objetivo de esfacelar a célula universitária, de impedir que os estudantes e professores pudessem se organizar, em toda uma tentativa de colocar a universidade a serviço do sistema político".

Outro problema que preocupa a comunidade universitária é a anunciada disposição do Governo de promover mais uma reforma universitária. O deputado Hermes Zanetti ressaltou o caráter cupulista deste processo: "Nós sabemos que a Associação Nacional dos Docentes no Ensino Superior, com a greve que fez no ano passado, conquistou junto ao MEC o direito de participação na elaboração do projeto de reforma da Universidade, antes de ser encaminhado ao Congresso Nacional. O que observamos, no entanto, foi que o MEC passou a fazer um documento de avaliação da reforma universitária sem a participação da ANDES e sem a participação da UNE. Além disso, nós estamos informados de que o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras está elaborando o seu projeto de reforma universitária".

O que vai acontecer, segundo Zanetti, é "meia dúzia de pessoas tentando impor um projeto de Universidade que interessa a elas. (Rodrigo Mesquita).

## O que os partidos propõem

Dos cinco partidos políticos brasileiros apenas os dois maiores, PMDB e PDS, abordam com clareza e especificidade o tema educação superior. Os outros três, PT, PTB e PDT, dão maior ênfase à educação básica, de 1º e 2º graus, colocando a questão universitária apenas em linhas gerais.

O programa do PDS coloca a autonomia universitária como necessária "à dinâmica do conhecimento" e reconhece a universidade como "instrumento crítico da sociedade, assegurando a seus membros docentes, discentes e seus funcionários, a liberdade de manifestação política". Faz, no entanto, ressalvas às "prescrições legais".

O programa do partido do governo não parece ter sido lido por seus membros. Sendo o partido que está no poder, o PDS poderia talvez tentar colocar em prática o que nele está contido, principalmente no que diz respeito à autonomia universitária, que nunca houve.

A movimentação que começa a tomar corpo no âmbito das universidades parece estar inspirada nas palavras contidas no programa partidário do PMDB, que defende a "ampliação e democratização das universidades oficiais, e se opõe veementemente a sua privatização".

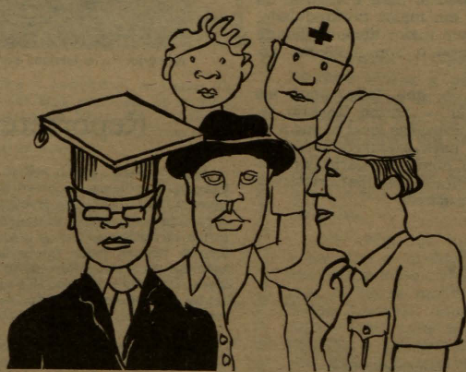
O ensino universitário é um direito a ser garantido para a população, cabendo ao poder público o dever de conter a proliferação de instituições de ensino superior com finalidades puramente lucrativas. As palavras, retiradas do programa do PMDB, vêm sendo repetidas no âmbito dos plenários onde se discute a questão universitária. Isto parece indicar a maturidade do PMDB, que já colocava em 1979, questões atuais na discussão da Universidade.

O PDT coloca a necessidade de se acabar com os concursos vestibulares e com as universidades particulares, "ampliando as ins-

tuições de ensino superior e garantido matrícula a todos os jovens que completem o curso médio".

O programa do PDT, se não é pretencioso, é ingênuo. Não há como garantir o acesso à universidade a todos os portadores de diplomas de nível médio, simplesmente porque os cursos médios são falhos e não oferecem boas condições de ensino, principalmente os da rede pública. Além disso, a Universidade, hoje, não tem condições de garantir um ensino de qualidade aos estudantes, já matriculados.

O PTB não considera a questão universitária como prioridade. A ênfase é para o ensino de 1º e 2º graus, que deveria "ter mais verbas, desvinculadas da situação financeira do país". Outra ingenuidade. Como seria possível destinar verbas à educação que fossem desvinculadas das possibilidades orçamentárias do país? O que parece é que o PTB de Ivete Vargas não teve ainda ocasião de pensar o ensino no Brasil.



## A CRÍTICA DA CRÍTICA

# Pouco espaço, muitas críticas

A baixa remuneração, o espaço cada vez mais reduzido nos jornais e o pouco tempo para reflexão impõem limites à crítica diária. Os críticos afirmam que, nas atuais condições, é difícil realizar um trabalho mais

analítico e profundo, como o pedem cineastas, público e os próprios críticos.

Nesta reportagem do Campus, críticos e cineastas da Cidade analisam a crítica de cinema, a formação do

crítico, a questão de seu método, sua importância e sua situação a imprensa local.

Reportagem de Cristina Gutemberg, Rosane Reis, Lillian Mandel e Leda. Texto final de Armando Bulcão.

## A melhor, fora dos Jornais

"Se existe uma boa crítica cinematográfica no Brasil, ela não está nos meios de comunicação de massa. Ela está fechada dentro da USP, dentro da UFMG, dentro do Centro de Pesquisa do Cinema Brasileiro".

Esta afirmação de Maria do Rosário, repórter especial do *Correio Braziliense*, ilustra bem o espírito da crítica de cinema no Brasil: a boa crítica não está nos jornais. Nos jornais, a crítica rápida, apressada. Às vezes, até mesmo leviana... Será?

### A MELHOR CRÍTICA

O depoimento de Vladimir Carvalho (ver seu artigo) parece concordar quando afirma que a melhor crítica no Brasil costuma ser a "bissexta", isto é, trabalhos mais extensos e sem compromisso com o batente da imprensa diária.

Geraldo Moraes, diretor de *A Difícil Viagem*, lembra das críticas analíticas e detalhadas da época do início do Cinema Novo, quando em centros como

Rio, São Paulo, Minas, organizavam-se cineclubes, onde as exhibições seguiam-se debates. Hoje não há nem os cineclubes...

### LIMITES DO JORNAL

O tempo e o espaço do jornal diário impõem limite — afirmam os críticos. Os jornais remuneram mal e não dão espaço suficiente para a crítica de cinema, preferindo investir em outras áreas como a de televisão. O tempo para reflexão é quase nenhum.

Sérgio Bazi, crítico de cinema do *Correio Braziliense*, fala de sua experiência: "Eu vejo um filme amanhã para escrever no dia seguinte. Então eu tive apenas uma leitura. No dia seguinte vou ter pouco tempo para escrever, elaborar, para tentar ser menos careta na linguagem".

Problemas semelhantes enfrentam o crítico de cinema do *Jornal de Brasília*, Manel Henriques. Além de crítico, ele é uma espécie de subeditor. Manel afirma que seu trabalho é

mais uma crônica do que uma crítica.

Ele lembra que um jornal diário, pelos seus próprios limites de espaço, por sua linguagem e pelo tipo de leitor, não comportaria um texto mais rigoroso. Uma crítica mais trabalhada, num texto mais próximo a um ensaio, só seria possível em um suplemento, com espaço e tempo para reflexão.

E neste sentido que o cineasta Acioly reflete sobre a crítica de cinema de Brasília, ao dizer que os críticos "poderiam ser mais competentes se pensassem mais. E analisassem os filmes em maior profundidade". Mas como pensar mais e analisar os filmes em maior profundidade, sem uma maior disponibilidade de tempo e sem melhores salários?

"É o que falta aqui em Brasília — afirma Rosário —, que a imprensa local pague a alguém para exclusivamente ser crítico, com um salário para assistir filmes, estudar, refletir e fazer crítica".

## Método: ter ou não ter, eis a questão...

A crítica um método? Para Maria do Rosário, sim, a crítica é um método. E é justamente por não possuir um que Rosário não se julga propriamente uma crítica, no sentido em que considera um Jean Claude Bernadet ou um Sérgio Augusto. "Eu sou mesmo repórter", afirma. "Meu trabalho diário é de reportagem, de entrevista, e me sobra muito pouco tempo para uma análise profunda".

No mesmo sentido, seu colega de redação Sérgio Bazi não se considera um crítico. "Não me considero um crítico", diz. "Acho que sou um cara que gosta de cinema e que dá seus palpites pelo jornal, dá sua interpretação, faz sua leitura".

### Método?

Bazi acha que método, cada um tem o seu. E qual é o dele? "É muito subjetivo", responde. "O gosto do filme ou eu não gosto. Mas procuro fazer uma coisa mais informativa". Ele cita como exemplo de crítico José Carlos Avelar, que possui um método. "Mas eu sou mais intuitivo, sou mais impressionista". Prossegue Bazi. "Minha crítica seria uma leitura do filme em questão. Não ficar só naquela coisa, é legal, não é legal, vale a pena, não vale a pena".

Manel Henriques, do *Jornal de Brasília*, também procura ser informativo em suas "crônicas" e colocar certas informações como intenção da obra, seu diretor, recorrendo à sinopse do filme, quando ela existe. Geralmente, entretanto, são anotações feitas durante o filme, que no mesmo dia são usadas para a redação da matéria.

### Subjetiva ou objetiva?

Manel considera inteiramente subjetivas suas críticas. Não só as suas. A crítica de cinema, apesar de alguns dizerem que há objetividade, é na sua opinião subjetiva. Bazi concorda com esta opinião, quando afirma que "subjetiva toda a crítica é".

Para o crítico Marclio Farias, do jornal *Última Hora*, porém, subjetividade e objetividade da crítica é papo de Marxista, que gosta de objeto concreto.

"Subjetividade não existe — explica — porque não existe objetividade: existe uma coisa só. Quando eu constituo alguma coisa, esta coisa também me constitui. Quer dizer, se estou examinando este fenômeno estético, é o mundo que está examinando pelos meus olhos".

Dos críticos entrevistados, Marclio é o único a definir o método de sua crítica. Qual este método?

### O método crítico

Marclio lembra que a palavra "crítica", vem do grego "critérion", que significa "separar", "crivar", e explica:

"O método é ver a obra. Você tem que saber ver. Estética é isto, é o ver. Então em primeiro lugar eu tenho que me esquecer que sou eu que estou julgando aquela obra. Eu tenho que ficar acima dos juízos estéticos e com todos os juízos estéticos na minha cabeça".

### A descrição crítica

O segundo elemento da crítica é o de descrever, prossegue Marclio. Um descrever, ele explica, semelhante ao do biólogo que descreve cada órgão do peixe e que conhece o peixe porque viu todo seu processo. No caso do crítico, isto significa conhecer a gênese da obra, ou como diz Marclio, "a fenomenologia do fenômeno estético".

"Quando eu acabo esta descrição — diz —, uma descrição crítica, porque eu estou separando, crivando, aí eu tenho uma crítica. Eu sei separar e dizer: esse é um bom trabalho, este é um trabalho medíocre".

E o que é um trabalho medíocre? Marclio responde: "É aquele que não acrescenta nada de inovador, de novo, ou sequer de repetição daquilo que já foi feito. O medíocre é o comum, o fácil".



Rosário: "Nos jornais, a crítica rápida, apressada e até leviana..."

## Repórteres improvisados?

Sérgio Bazi, atual crítico do *Correio Braziliense*, escreve sobre cinema desde 1976. Sua escolha por Jornalismo não incluía a intenção de tornar-se crítico, a não ser o seu interesse pessoal pelos filmes então exibidos na Escola Parque ou nos cineclubes que existiam. "Eu nunca tentei ser crítico — ele diz — de repente..."

Hoje, talvez, Bazi renegue muito do que escreveu quando começou, mas os 7 anos de crítica de cinema na imprensa local o deixam a salvo da acusação de improviso, formulada contra a crítica dos jornais da cidade.

### IMPROVISADA?

Armando Lacerda, diretor, é um dos que criticam a crítica de Brasília de "improvisada". Ele diz que, na cidade, a área "é ocupada por jornalistas em começo de carreira, sem a devida formação". Maria do Rosário parece concordar, ao afirmar: "Ao invés de críticos especializados, o que se vê são repórteres tapando buracos".

Rosário questiona o elemento certo, a própria formação do jornalista, e não o fato de ele estar ou não no início da carreira. Que formação deveria ter este jornalista? Que formação ele recebe?

### A FORMAÇÃO DO CRÍTICO

O curso de Comunicação deixa muito a desejar para quem pretende tornar-se crítico, afirma Rosário. Ela mesma frequenta o curso de Letras, onde mantém contato com as escolas e correntes da crítica literária, em

busca de uma complementação à sua formação.

Seria esta a saída? O diretor e professor de cinema Geraldo Moraes é da opinião de que a crítica é um gênero literário e não um prolongamento da atividade cinematográfica, muito embora afirme a necessidade de o crítico "ser uma pessoa com uma intimidade muito grande com a linguagem e a história do cinema".

Para Armando Lacerda esta "intimidade" do crítico só pode ser atingida por uma formação comum. "A formação do crítico — diz — deveria ser a mesma do cineasta. Eles deveriam ter uma formação cultural sólida e serem muito bem informados".

### O QUE É PRECISO?

"Formação cultural sólida" é, talvez, uma expressão um tanto vaga, mas que coloca uma questão precisa: o que é preciso para se formar um crítico?

Marclio Farias, do *Última Hora*, afirma que para se tornar um crítico, antes de mais nada, é preciso estudar Filosofia. E explica:

"Estudando filosofia, partindo das abstrações que a história da Filosofia deixa em seu rastro, chegar à estética, que é onde a Filosofia se manifesta e onde a vida se manifesta, também".

"O crítico tem que se perder, antes de mais nada se perder, na imensa árvore que é o conhecimento ocidental. Ele tem que saber da cultura em que se move. Mas, saber no sentido socrático, de conhecer".

## ACRÍTICA DA CRÍTICA

Um papel importante...  
Importante para quem?

Manel Henriques, crítico de cinema do *Jornal de Brasília*, afirma que, apesar de o crítico ter um papel "não muito importante", ele é fundamental: "O cara que faz crítica de cinema — diz ele — tem mais condições de ver o filme dentro de uma contextualização geral".

Exemplificando: no caso do filme *Sargento Getúlio*, deixar de ver apenas a obra em si, para olhar o filme na perspectiva da atual privatização da Embrafilme.

## O PAPEL DA CRÍTICA

Marcílio Farias, do *Última Hora*, cita T. S. Eliot: "A crítica guarda a sanidade da raça". E prossegue: "Sem a crítica, a raça se esfaca. Raça entendida aqui no sentido eliotiano de culto. Sem a crítica, que é exatamente quem erige o culto, que vai separando, a raça fica que nem a nossa, a brasileira: inculta e bela".

Num sentido mais restrito, Maria do Rosário, do *Correio Braziliense*, acha que o crítico está deixando de cumprir seu

papel. E, que papel é este? O de "jogar mais luz sobre o filme, decifrar, para o leitor, os símbolos contidos num filme, chegar às últimas metáforas".

IMPORTANTE?  
PARA QUEM?

Lembremos aqui o "não muito importante" papel da crítica. Ela coloca uma questão interessante: a crítica é importante? Importante para quem? Para os cineastas? Para o público?

Manel não crê que sua crítica vá influenciar a atitude do público na escolha de um filme: "Não acredito que o crítico vá influenciar a atitude do público na escolha de um filme. O leitor não vai deixar de ver tal filme porque leu uma crítica minha. Ele está de cabeça feita".

Manel considera o cinema nacional o mais criativo e tenta passar isso em suas crônicas. Nem por isso ele crê que por indicação sua o leitor vá assistir a um filme nacional. "Por mais que eu escreva para um filme nacional, não acredito que o leitor vá assisti-lo se seu con-

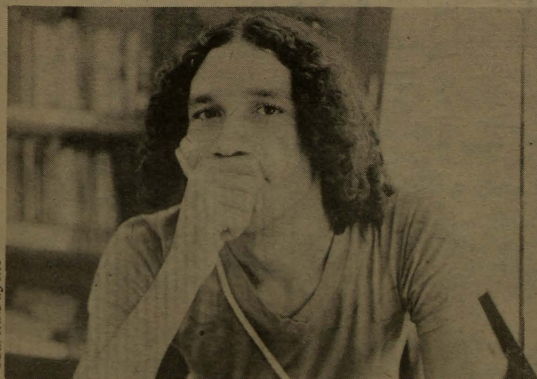
corrente é, por exemplo, um indicado ou vencedor do Oscar, como aconteceu com o lançamento de *O Homem de Areia*, numa época em que Glandi chegava ao Brasil juntamente a 3 outros concorrentes ao Oscar.

## CRÍTICA: PARA O PÚBLICO

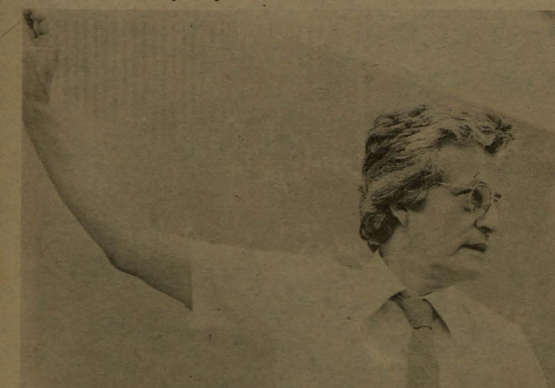
Se para Manel o afastamento do público é uma constatação, para Marcílio este fato é uma proposição: "Crítica não é feita para o público. Ela é feita para nós, universitários, schoolar, iniciadas, que nem arte. Arte é para quem leu, estudou ou, pelo menos, para quem tem sensibilidade e quer desenvolver esta sensibilidade".

O fato de a crítica não ser feita para o público não impede que ele entenda e curta a arte e, até mesmo que exerça sua crítica através do crítico. "O povo exerce sua crítica de acordo com a erudição de seus críticos", diz Marcílio, lembrando, porém, que "quem quer saber de críticos são os intelectuais".

Márcia Suyene



Marcílio: "Quem quer saber de críticos são os intelectuais"



Acyoli: "A crítica dos jornais locais é muito amiga"

Cineastas: entre o vazio  
e a amizade da crítica

A relação entre crítica e artista no Brasil talvez possa ser definida em duas palavras: cão e gato. O sentimento geral entre os críticos de cinema entrevistados é de que o artista brasileiro (no caso, os cineastas), não aceitam a crítica.

Mas e quando se trata de criticar a produção cinematográfica da cidade?

## A Crítica Amiga

José Acyoli, diretor do filme *Criviana* a atual presidente da Associação Brasileira de Documentaristas diz que a crítica dos jornais locais é muito amiga. "A produção cinematográfica da cidade é pequena e talvez a crítica fique melindrada em avaliar mais severamente os trabalhos aqui produzidos. Mas se você quer melhorar sua qualidade de cineasta é interessante uma crítica, ou uma reflexão sobre o seu trabalho".

Para Acyoli o papel da crítica é o de analisar o filme detalhadamente e não simplesmente julgá-lo como "bom ou ruim". Ela deveria suscitar debates sobre o filme, de tal forma, que o público pudesse participar deles. A competência da crítica seria medida portanto, pelo alcance dessas discussões.

Já Armando Lacerda, diretor de *Taguatinga em Pé de Guerra*, acusa a crítica local de improvisada e aponta os jornais como responsáveis por essa situação, "pois remuneram mal e não dão espaço suficiente para os críticos".

Para ele a crítica deve desempenhar o papel de conduzir a obra artística para um engajamento político.

"A criação cinematográfica tem que ser engajada. Os mais importantes filmes já produzidos estão engajados politicamente. Por isso a

crítica é necessária, enquanto ela percebe uma aproximação ou afastamento do filme em relação ao processo de reforma política e cultural da sociedade".

"Isso não deve ser confundido — alerta Armando — com patrulhamento ideológico, porque o patrulhismo é de interesse de grupos, independentes da própria crítica".

Geraldo Moraes, diretor do filme recém-lançado *"A Difícil Viagem"*, acredita que, para o cineasta, o diretor, a crítica é fundamental.

"Ela é importante para os filmes, não para o cinema, que independe dela. A crítica permite a quem realiza o filme ter uma ideia de como ele está sendo visto, independente das intenções de quem o fez. Ele é um dado fundamental no processo de autocritica, de revisão, de observação do que o cineasta fez".

O crítico, na visão de Moraes, possui obrigações para com o público. "É sua obrigação — diz — informar ao público aquilo que ele está vendo. Chamar a atenção sobre filmes que muitas vezes não têm uma grande divulgação mas que apresentam qualidade".

"E obrigação também do crítico — prossegue Geraldo — alertar sobre engodos, filmes que vêm aí com milhões e milhões de dólares de propaganda no mundo inteiro e que são filmes claramente oportunistas".

Sobre a crítica de Brasília que experimentou durante o lançamento de seu filme Geraldo limita-se a dizer que "em Brasília existe um grupo de excelentes críticos, profundos conhecedores, que infelizmente não estão escrevendo por motivos pessoais". E cita exemplos: Rogério Costa Rodrigues, Clóvis Sena, Geraldo Sobral...

## A crítica é crítica

Vladimir Carvalho prefere evitar a polêmica com a crítica de cinema da cidade. Por isso, expõe sua opinião sobre ela neste artigo no qual analisa a crítica brasileira de modo geral e faz referência à de Brasília.

Por vezes me inclino a achar que a melhor crítica cinematográfica no Brasil é aquela que se manifesta de forma bissexta. Quando o crítico gasta mais tempo na reflexão e produz não por obrigação para com o jornal ou a revista, mas seguindo uma intenção mais profunda de buscar causas e efeitos, de realizar uma leitura dialética da obra que examina, sem se escravizar aos limites do cinema. Algo como o legado que nos deixou Paulo Emílio Salles Gomes, que, embora tenha em alguns períodos colaborado assiduamente na imprensa, o que deixou de melhor de sua exaustiva contribuição ao entendimento do fenômeno cinematográfico entre nós foram justamente os seus trabalhos mais extensos, sem compromissos com o batente da imprensa diária.

Pessoalmente, só em duas ocasiões fui contemplado com ensaios que fugiam aos moldes da crítica diária. Foi quando da circulação (evito propositalmente a palavra lançamento) do meu *Pais de São Saruê* e Jean Claude Bernadet e José Carlos



Luiza Venturelli

Vladimir: "O pior é você cair no vazio na cidade que escolheu..."

Avellar escreveram sobre o filme. O artigo do crítico do jornal do *Jornal do Brasil* saiu na revista *Módulo*, de Oscar Niemeyer, e me fez refletir por muitos dias sobre o meu próprio trabalho, fazendo-me descobrir nele facetas nunca dantes suspeitadas. Igualmente me fez refletir o ensaio de Jean Claude, *A Ficção Real em São Saruê*, até hoje inédito porque foi produzido para abertura de um livro com o roteiro do filme, cuja publicação vem sendo adiada há mais de 4 anos. No entanto, são provas cabais da importância da crítica, de sua contribuição para o entendimento da obra pelo público, e até pelas revelações a seu autor.

No caso local, já não posso afirmar o mesmo. Tenho uma imprensa incomparavelmente mais atenta e perspicaz fora daqui. E isso não se refere somente à fase exclusivamente de promoção dos filmes, quando acontece serem mais generosos os jornais, que também funcionam como mídias. No caso recente de *O Homem de Areia*, o filme (um investimento de vida como jamais enfrentei) não obteve a menor referência da crítica local, exceção feita ao copioso poema em prosa escrito por Tetê Catalão, na *Última Hora*. Fiquei pensando que foi devido à matéria histórica e política que as pessoas não dominam e, portanto, evitam dar palpite. Vladimir Carvalho

# UnB, aqui e agora

Estudantes, professores, políticos. Buscamos a união, à procura de soluções para a universidade brasileira ou mesmo para o país. Por vários caminhos chegase à mesma conclusão. Este modelo de universidade aqui implantado, não nos interessa, não atende aquilo que mais precisamos em momentos de crise.

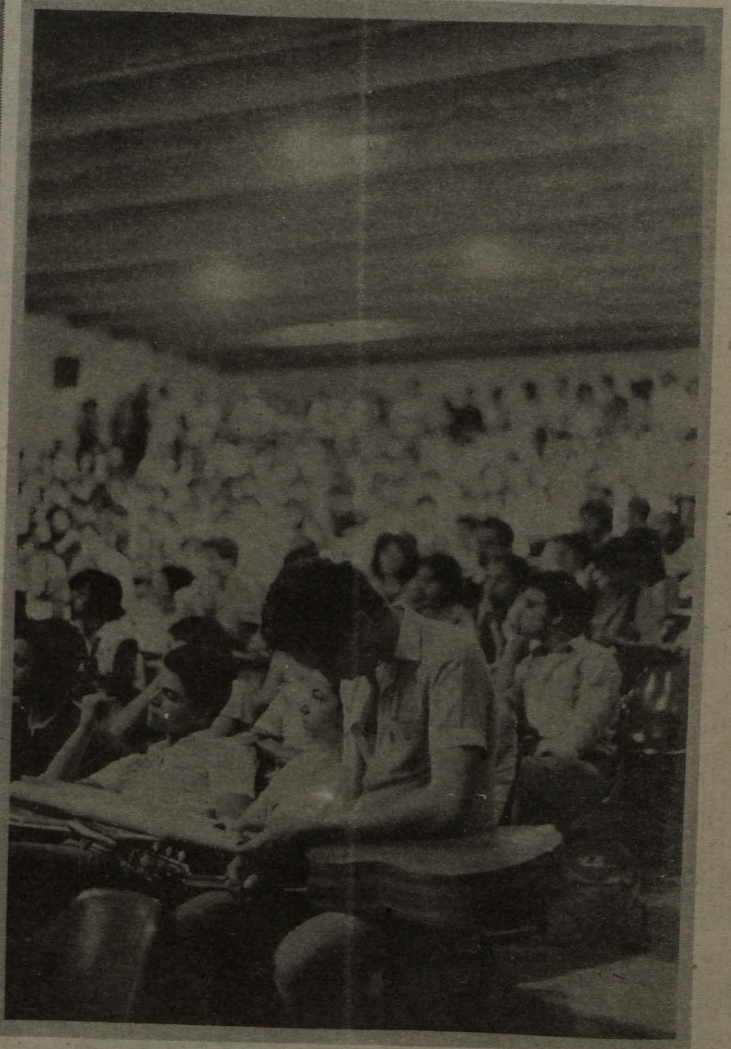
As novas idéias, a busca constante do desconhecido, os novos rumos, há muito deixaram de ser a preocupação desta casa, para dar lugar a processos burocráticos, impedimentos, bloqueios do livre pensar. Semearam o germe do autoritarismo, da centralização e isto ainda hoje se reflete em nossos encontros.

Estamos todos impregnados, por respirar deste ar durante anos

seguidos. O regime de competição acadêmica nos coloca uns contra outros. A desunião, a desagregação, a falta de mobilização, as promoções e enquadramentos. Tudo se reflete em nosso dia-a-dia, em nosso discurso. As lutas centralizadas pela solução de um problema que é estrutural.

Neste momento em que as reivindicações se tornam políticas, a nossa perspectiva se abre. Lutamos agora pela implantação de um ensino aberto e inteligente. A presença do professor Gianotti na UnB dá uma dimensão do espaço que queremos ocupar. O mestre nos disse que esteve aqui em tempos piores. Sinal de que alguma coisa está mudando, neste panorama ainda sombrio em que vivemos.

Texto de Marcelo Villares Coelho



Márcia Suyene



Reinaldo Freitas



Hélio Vieira